

SOBRE O DISCURSO ARQUEOLÓGICO

Jorge de ALARCÃO

OS POVOS OU GRUPOS COMO REFERENTES DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO

Os arqueólogos, ao contrário dos historiadores que praticam a história acontecimentalista (*histoire événementielle*), não falam de sujeitos individuais, pessoais, mas de grupos: a Arqueologia não conhece *dramatis personae*, não conhece as personagens que são essenciais à história acontecimentalista e à narrativa romanesca. O referente da Arqueologia, o sujeito de quem se fala, é colectivo, é uma comunidade.

A disciplina, tal como se praticou até à década de 1960 (década na qual se assistiu à emergência da Nova Arqueologia ou Arqueologia processualista e, com ela, de um novo modo de conceber e praticar esta ciência), pode definir-se como uma descrição da cultura material.

O arqueólogo estudava coisas: cerâmicas, artefactos líticos ou metálicos, monumentos funerários, casas, etc.; e a sua preocupação fundamental, para além do descrever, era reduzir a diversidade dos objectos à unidade dos tipos, numa atitude ingénuas que nem sequer punha o problema do carácter émico ou ético das tipologias, isto é, o de saber-se se os tipos que criamos são abstracções nossas ou correspondem a categorias que os povos do passado já formulavam.

A descrição das coisas e a constituição das tipologias era completada pela identificação das «culturas». Quer dizer: procurava determinar-se que coisas iam com outras coisas, que tipos cerâmicos iam com estes tipos metálicos, que formas de habitat ou de enterramento iam com esses objectos. Assim se constituíam complexos de coisas, distintos de outros complexos de coisas usadas noutra época ou noutra região; assim se constituíam «culturas».

As culturas eram equacionadas com povos. A cultura castreja do Noroeste hispânico, por exemplo, no esquema paleo-etnológico de Bosch-Gimpera, era a cultura dos Sefes, povo a que a *Ora Maritima* de Avieno se refere. Mas, na Europa, só as culturas da Idade do Ferro podiam (e podem) ser equacionadas com povos nomeáveis, cujos etnónimos as fontes greco-latinas conservaram. Para trás, os povos não tinham nome: dava-se-lhes uma designação a partir de um item ou de uma estação epónima;

e assim se falava do povo do vaso campaniforme ou do povo de El Argar. Mas sempre, como suporte de uma cultura, se pensava num grupo étnico, distinto de outro grupo étnico, do qual se predicava outra cultura.

A equação entre cultura e etnia passou depois a ser questionada. Foi-o primeiramente por Childe. Este admitia a equação cultura = povo mas não considerava legítimo que desse «povo» se fizesse uma unidade linguística, política ou râmica. Childe opunha-se assim a Kossina, o mentor dos arqueólogos oficiais do Nazismo, cuja **Siedlungsarchäologie** assentava exactamente no pressuposto de uma cultura = uma raça e na superioridade da raça e da cultura germânicas.

Com esta ressalva de que o povo era um referente não necessariamente coincidente com uma etnia, um simples sujeito lógico ou vazio da «cultura» arqueológica, os arqueólogos continuaram a perfilar povos por detrás das culturas.

A esses sujeitos colectivos do discurso arqueológico, a esses referentes de quem o arqueólogo fala e aos quais se atribui uma cultura, prefere-se hoje chamar, simplesmente, grupos, pela conotação que «povo» sempre tem com etnia.

PODE O ARQUEÓLOGO FALAR DE SUJEITOS PESSOAIS?

Será que o arqueólogo só pode falar de grupos, de sujeitos colectivos, da sua cultura material, da sua envergadura (isto é, do número aproximado dos indivíduos que o constituíam), da medida da sua dispersão ou concentração, da sua estrutura social, das suas normas de acção, da sua ideologia? Será que o sujeito sobre o qual o arqueólogo discorre, o sujeito de quem fala, é sempre um sujeito colectivo, povo ou grupo, macro ou microgrupo? Será que o arqueólogo nunca pode falar de pessoas singulares, como o historiador fala de César ou de Cícero?

Tomemos o caso da escavação, em França, da sepultura da princesa de Vix ou, na Alemanha, o do túmulo do príncipe de Hochdorf. Não encontraram os arqueólogos, aqui, indivíduos, sujeitos pessoais? Imaginemo-nos descobrindo uma necrópole de sepulturas individuais da Idade do Bronze. Não encontramos, em cada sepultura, um homem ou mulher concreto?

Sem dúvida que sim. Mas, da princesa de Vix ou do príncipe de Hochdorf, de seu carácter, de seus feitos, que pode o arqueólogo descrever ou narrar? Nada. Dos indivíduos descobertos não pode dizer mais que: foi um chefe céltico que morreu (ou foi enterrado) em tal data e tal lugar. O que descreve não é o sujeito, mas o túmulo e o seu conteúdo. O grau de caracterização ou de narração biográfica do príncipe é o grau zero. A figurativização do indivíduo é nula ou quase nula. O príncipe é integrado numa classe, a dos chefes célticos, da qual já se pode dizer alguma coisa. Mas então, não é de um príncipe concreto que o arqueólogo fala: é de uma classe ou grupo funcional.

Por outro lado, a escavação de um túmulo individual põe o arqueólogo perante dois sujeitos: um sujeito passivo (o enterrado) e um sujeito activo (o grupo que o enterrou). Do sujeito passivo não pode o arqueólogo dizer nada; do sujeito activo, alguma coisa: a que normas ou práticas funerárias colectivas, sociais, o grupo obedecia. Deste modo, ainda que o arqueólogo encontre o indivíduo, este é, sempre, o desconhecido, o que se não pode caracterizar, aquele cuja vida é irrevogavelmente inenarrável; não é configurável; é um sujeito sem conotação, vazio de carácter ou de história.

Tratando-se de um inumado, o esqueleto pode ser medido, analisado para lhe descobrir a causa da morte, as doenças de que padeceu, a dieta alimentar; mas interessa pouco que tal indivíduo tenha tido estas características físicas, esta doença, esta alimentação. O indivíduo é tomado como exemplo, como um igual a muitos: e são as características dos muitos, as suas doenças endémicas, as suas malformações congénitas ou adquiridas, a sua dieta que verdadeiramente interessam. O pouco, o muito pouco que, de um indivíduo, o arqueólogo possa dizer não interessa senão como fundamentação de uma generalização, de uma extensão ao grupo.

FALA O ARQUEÓLOGO DE ACONTECIMENTOS?

Apresentemos agora outro problema: pode o arqueólogo, tal como o historiador, falar de **acontecimentos** ou **eventos**? Não podemos abordar a questão sem dilucidar a noção de acontecimento. Ora, se toda a gente sabe o que é um acontecimento e sabe dar exemplos de eventos (o assassinato de César ou a batalha de Ácio), a definição de «acontecimento» é difícil. Poderíamos dizer, com Santo Agostinho: **si nemo a me quaerat, sio; si quaerenti explicare velim, nescio** (*Confissões*, lib. XI cap. 14): se ninguém me pergunta, sei-o; se quero explicar, ignoro.

O acontecimento é o que advém, o que passa do nada ao ser. A batalha de Ácio foi certamente um acontecimento; mas não foi também acontecimento o afundamento desta particular nave de Marco António no decurso da batalha? A invasão da Gália por bárbaros Francos e Alamanos, na década de 260-270 d.C., foi um acontecimento; mas o ataque e incêndio desta particular **villa** no decurso da invasão não foi também um evento?

Estes exemplos obrigam-nos a distinguir acontecimentos complexos, de eventos elementares: a batalha de Ácio é um acontecimento complexo; o afundamento desta nave, no decurso da batalha, é um evento elementar. O acontecimento complexo é um todo feito de partes; o evento elementar é parte de um todo.

Poderíamos dizer que o evento elementar é o não-concludente: o afundamento da nave não concluiu a batalha; o incêndio desta **villa** não concluiu a invasão. O evento elementar seria um momento ou episódio num todo ainda transcorrente e com um futuro incerto, sendo essa incerteza do futuro ou da conclusão o fundamento de sentimentos de esperança ou de angústia por parte dos intervenientes. Mas a fuga de Marco António da batalha de Ácio, que é um acontecimento elementar, foi concludente. Há, assim, eventos elementares concludentes, como os há inaugurais ou simplesmente intermédios.

Para o interveniente, o acontecimento intermédio (o afundamento desta nave na batalha de Ácio) muda-se consciencialmente num ter-sido, num acontecimento ido ou concluído sem que a situação em que ele, interveniente, se encontra, alcance uma conclusão ou ponto de repouso; é apenas uma peripécia, um elo numa cadeia. Para o historiador ou arqueólogo, o acontecimento intermédio é o que contribui para o desenrolar da acção. O acontecimento inaugural é o que introduz numa situação instável, que terá necessariamente um desenrolar e um epílogo ou acontecimento conclusivo.

O acontecimento elementar é o que ocorre no interior de um todo que é o acontecimento complexo. No interior desse todo, os acontecimentos elementares dispõem-se necessariamente em sucessão: uns dão-se antes e outros depois (sem excluir a possibilidade de alguns serem simultâneos: o afundamento desta nave, na batalha de Ácio, deu-se depois do afundamento desta outra ou ao mesmo tempo que o afundamento de uma outra). Mas o que caracteriza os eventos elementares integrados num acontecimento complexo é que as suas relações não são de mera sucessão, de simples anterioridade ou posterioridade. O acontecimento complexo é uma **sucessão** ou **sequência** de eventos elementares; mas é mais do que isso. Os eventos elementares não são independentes uns dos outros, exteriores uns aos outros, deslaçados. Numa série de acontecimentos elementares que se sucedem e vão caindo no passado, há algo que os transcende e permanece, algo que continua a ser depois o que já era antes: uma guerra numa sucessão de batalhas.

O acontecimento complexo tem um princípio, um decurso e um fim, isto é, um desenvolvimento, uma orientação que pode inverter-se num dado momento do processo; os acontecimentos elementares contribuem para o epílogo e é isso que cria entre eles relações de solidariedade que ultrapassam a mera relação de sucessão. A conclusão de um acontecimento complexo **depende** dos acontecimentos elementares ou, o que é o mesmo, os acontecimentos elementares são condição, justificação, explicação do desenlace, causas do epílogo (mas não causas no sentido humeano de antecedentes constantes).

Talvez não possamos definir correctamente acontecimentos complexos e elementares sem fazer intervir a noção de **situação**. Todo o acontecimento implica intervenientes. Os intervenientes, em qualquer momento, encontram-se em situação relativamente uns aos outros. Augusto, no início da batalha de Ácio, em situação (suponhamos) de igualdade com Marco António. O afundamento de uma ou duas naves do opositor (acontecimento elementar), colocava Augusto em situação de vantagem. O acontecimento inaugural instaura uma situação que vai evoluindo, num **continuum**, mercê dos eventos elementares, e é nesta medida que os eventos elementares contribuem para um fim, são condição de um desenlace; é por isso que os acontecimentos elementares mantêm entre eles e com o epílogo uma relação que ultrapassa a mera sucessão, o simplesnexo de anterioridade/posterioridade.

Há, porém, acontecimentos que se sucedem sem que um condicione o outro: **A** pode ser anterior a **B** sem que **A** condicione **B**. É o caso de dois acidentes de viação ocorridos numa mesma estrada mas longe um do outro e em tempos diferentes. Chamemos singulares a estes acontecimentos que se sucedem num tempo linear sem se condicionarem; são acontecimentos discretos, exteriores ou alheios uns aos outros, independentes.

Podemos agora interrogar-nos se o arqueólogo fala de acontecimentos. Sem dúvida que sim, reconstituindo-os, não a partir de documentos escritos, mas de vestígios materiais. A fundação, no séc. VII a.C., da feitoria fenícia de Abul, no estuário do Sado, é um acontecimento; a construção do forum de Conimbriga, no tempo de Augusto, é um evento. Se a Arqueologia reconstitui acontecimentos é, porém, muitas vezes, para os subsumir de imediato numa prática social, norma ou regra. É a essa questão que devemos de imediato passar.

A DEDUÇÃO DE NORMAS A PARTIR DE ACONTECIMENTOS

Quando o arqueólogo escava um monumento megalítico e o data através do C14, quando esclarece como é que ele foi construído (desde a limpeza do solo, passando pela erecção dos esteios e dos eventuais contrafortes até à cobertura pela mamoa), não está perante um acontecimento? Poderíamos dizer que está perante vestígios, coisas feitas; mas a coisa feita implica uma acção, que por detrás dela se perfila, e essa acção é um acontecimento. A construção de um monumento megalítico é um facto irrepetível. A construção doutro monumento megalítico é outro acontecimento, na sua irreduzível individualidade, embora idêntico ou semelhante ao primeiro por virtude da aplicação ou instanciação da mesma norma.

Os vários acontecimentos representados pela construção de diversos monumentos megalíticos são tomados como exemplos de uma prática social normalizada de inunção colectiva e é essa prática que verdadeiramente interessa ao arqueólogo para caracterizar uma cultura ou um determinado estágio ou horizonte sociocultural. O acontecimento é apenas um primeiro referente que o discurso logo ultrapassa no sentido da norma.

A Arqueologia, como noutra lugar explicámos com mais vagar (ALARCÃO, «A Arqueologia e o Tempo», *Conimbriga*, 32-33, 1993-94: 9-56), estuda normas: normas técnicas, como a maneira de construir uma muralha ou de armar um telhado; normas sociais, como as que se observam num enterramento; normas religiosas, como os rituais de sacrifício.

Se podemos derivar normas, dos vestígios materiais, é porque estes são o rasto de acções; é porque os vestígios mostram os homens agindo; e porque os homens agem obedecendo a normas.

O ARQUEÓLOGO FALA TAMBÉM DO MUNDO FÍSICO

O Arqueólogo fala, pois, de acontecimentos e de normas sociais ou, talvez melhor, de comportamentos sociais normalizados. Mas parece-nos que fala, ou pode falar, de algo mais.

Tomemos um trecho de um manual de Pré-história: «Ainda que pequenos bandos de cavalos selvagens pareçam ter sobrevivido em grande parte da Europa no Mesolítico e no Neolítico, todos os dados concorrem para nos fazerem pensar que os equídeos foram pela primeira vez domesticados nas estepes do Sul da Rússia no início do 4º milénio e que o seu uso se estendeu para Ocidente» (T. CHAMPION *et alii*, *Prehistoria de Europa*, Barcelona, 1988: 276).

A domesticação do cavalo nas estepes do Sul da Rússia, no 4º milénio, é um acontecimento; e acontecimento é ainda a difusão da domesticação para Ocidente. Mas quando o arqueólogo fala dos cavalos selvagens que existiam na Europa do Mesolítico e do Neolítico, de que fala ele? De um acontecimento? De certo que não. De um comportamento, negativamente definido como ausência de domesticação? Talvez. Mas parece-nos mais correcto dizer que o arqueólogo fala do mundo natural, do ambiente físico em que os homens viviam. O mundo não é um acontecimento nem um comportamento, mas o espaço, o lugar, o cenário onde os eventos ocorrem e os comportamentos têm lugar.

Na perspectiva heideggeriana, que podemos classificar de «pragmatista», o mundo é constituído por utensílios. Mas que estatuto têm os rios e os montes, os bosques e os cavalos selvagens? Serão utensílios? Poderíamos defendê-lo. Alegando que no bosque o homem pode encontrar lenha e madeira, ou que os cavalos selvagens podiam ser caçados e servir de alimento, poderíamos defender a utilidade generalizada do mundo, constituído por utensílios fabricados ou por coisas que estão aí disponíveis para serem utilizadas: esta fonte, onde posso beber, este barreiro onde o oleiro encontra argila de que faz seus potes.

Não nos parece, porém, que o homem, mesmo na concretude da sua existência, veja o mundo sempre e só como utensílio, matéria-prima, meio para realizar alguma coisa; não nos parece que estar no mundo seja sinónimo de estar no meio de utensílios. O mundo é feito de rios e de montes, de bosques e de fontes, de animais e de plantas que podem estar aí na sua exterioridade, neutralidade, inutilidade, objecto de conhecimento e não de uso. O mundo não é feito só de objectos úteis. Não distinguem os primitivos e não nomeiam animais e plantas de que nunca se servem?

Talvez seja extemporânea aqui a discussão sobre a concretude fenomenológica do espaço. Não a prossigamos pois: limitemo-nos a concluir que o arqueólogo fala também do mundo físico em que os homens do passado viveram. Reconstituindo-o tal como os homens do passado o viveram, na sua concretude? É este o objectivo teórico de uma fenomenologia histórica da paisagem que se pretende constituir adentro da Arqueologia contextualista. Mas, como noutro lugar já observámos, parece-nos dificilmente exequível essa fenomenologia histórica da paisagem.

O mundo, o ambiente, é objecto de uma indagação científica do arqueólogo. Poderíamos dizer que o arqueólogo não é capaz dessa indagação que solicita a geógrafos, geólogos, pedólogos, zoólogos, paleobotânicos. Mas, na medida em que os resultados desta indagação alheia são incorporados no discurso arqueológico, podemos dizer que o arqueólogo fala do mundo físico em que os homens do passado viveram.

A MACRO-ESTRUTURA DO DISCURSO ARQUEOLÓGICO

Tal como o historiador, partindo dos documentos, também o arqueólogo, baseado nos dados que são os vestígios materiais do passado, reconstitui ou pode reconstituir acontecimentos. Dizer que os Fenícios, no séc. VII a.C., chegaram ao estuário do

Sado e aí edificaram uma feitoria não é afirmação estruturalmente diferente desta outra: em 1434, Gil Eanes dobrou o cabo Bojador. Que diferença estrutural existe entre dizer que, em Conimbriga, nos fins do séc. III ou nos inícios do IV d.C., se construiu a muralha ou afirmar que, em 1519, se concluiu a Torre de Belém? É certo que os documentos permitem geralmente uma precisão cronológica que o arqueólogo nunca ou raramente alcança. É certo ainda que os documentos permitem normalmente identificar as *dramatis personae*, enquanto o arqueólogo, como vimos, não identifica os actores: quem foi o capitão da nave ou da frota fenícia que aportou ao Sado? Quem foi o responsável das obras de edificação da muralha de Conimbriga?

O discurso arqueológico sobre os acontecimentos pode ser *sequencial* ou *processual*. O discurso sequencial é o que ordena os factos, o que os põe em sucessão, sem explicar uns pelos outros, sem mostrar como é que os anteriores condicionam os posteriores. O discurso sequencial é uma narração mas não é ainda uma narrativa. Quando digo que, em Conimbriga, no tempo de Augusto, se deu uma primeira renovação urbanística, com construção de forum, aqueduto e termas e, no tempo dos Flávios, uma segunda renovação urbanística com total remodelação do forum e construção de novas termas, quando digo que, nos fins do séc. III ou nos inícios do IV d.C., se construiu a muralha, estou a falar de acontecimentos que posiciono numa escala cronológica. Estou a fazer uma narração, mas não estou ainda a construir uma narrativa.

Temos de distinguir entre o narrar e o construir uma narrativa, entre a narração e a narrativização. O discurso de que acabo de dar exemplo tem a estrutura dos anais medievais. Mas que falta a este discurso ou aos anais para serem uma narrativa? Faltam-lhe os nexos de causalidade e a identificação de motivos ou propósitos.

A narrativa histórica implica uma (ou mais) personagens centrais, eventualmente personagens secundárias, adjuvantes ou oponentes. As personagens não têm de ser individuais: podem ser colectivas. Não é *O 18 Brumário de Luís Napoleão*, de Marx, um belo exemplo de narrativa? E não são aí colectivas as personagens (os partidos políticos)? Mas a narrativa articula os acontecimentos por meio de relações de causa a efeito ou apresentando-os como momentos sequenciais da realização de um projecto. Quando dizemos que os habitantes de Conimbriga construíram suas muralhas com medo de um ataque, e quando explicamos esse medo pela invasão do Império pelos bárbaros, na década de 260-270, invasão que deixava prever outros ataques, no futuro, estamos a explicar, a articular acontecimentos, a construir um começo de narrativa, um narrema. Os actantes aparecem-nos agora em situação (com um receio), que se explica, e perante o seu próprio futuro, que os leva a formularem um projecto (o de dotarem a cidade de muralhas). Os acontecimentos não são inexplicáveis contingências. A própria invasão de 260-270, que provocou os receios, poderia ser explicada se quiséssemos remontar na cadeia dos acontecimentos.

Os anais medievais, como a simples narração sequencial, contam actos feitos e não propriamente acções em trânsito, encadeadas. Narram actos descontínuos, enquanto a narrativa os apresenta de uma forma coerente, na continuidade uns dos outros. Os anais, como disse Hayden White, representam um mundo em que as coisas acontecem aos homens, mais do que um mundo em que os homens (por sua iniciativa) fazem coisas. Como disse ainda o mesmo autor, a narrativa implica tensões, conflitos e resolução dos mesmos.

Os anais só se servem do pretérito; a narrativa usa também o imperfeito (F. fazia ou pensava ou intentava isto quando...). Por meio do imperfeito, a personagem é situada não numa escala cronométrica mas num tempo substantivo de factos que a condicionam na acção, que podem desviá-la dos seus propósitos iniciais, que fazem dela uma figura expectante, atenta ao futuro. Os anais constroem-se só com o advérbio *depois*; a narrativa, também com o advérbio *então*, que marca, para além de uma sucessão, também uma continuidade, ou, como disse Hegel, uma radicação do futuro num passado que o possibilita e explica.

O DISCURSO PROCESSUALISTA É ESSE DISCURSO ENCADEADO E EXPLICATIVO

Se, em vez de acontecimentos, falamos de normas, (também lhe poderíamos chamar estruturas), encontramos os mesmos dois potenciais discursos, sequencial e processual; mas aqui depara-se-nos uma terceira forma do discursar: a configurativa ou configuracional.

Se o arqueólogo observa um grupo durante um lapso de tempo relativamente curto, não vê mudança nas normas, mas permanência, estabilidade; observa um **estado** do grupo. Convém esclarecer que normas são também o que vulgarmente se designa, em Arqueologia, por **tipos**: um arqueólogo histórico-culturalista que descreve a cultura de um grupo pelos tipos da cerâmica ou dos artefactos metálicos que o grupo produziu, pelo tipo de casas ou túmulos que o grupo ergueu, está ainda a falar de normas: a cerâmica, os objectos metálicos, as casas, os túmulos, obedecem a arquétipos que são normas (da acção técnica).

O discurso histórico-culturalista (no sentido que a história da Arqueologia reservou a este nome) descreve uma cultura, ou um estado de uma cultura; tem por objectivo colocar os elementos da cultura material num complexo único de relações paradigmáticas, observar que tipos cerâmicos vão com estes tipos metálicos, com este tipo de habitat. É este o discurso que chamamos configurativo ou configuracional.

O discurso pode ser pluri-referencial: o arqueólogo pode observar um grupo só, ou uma área mais vasta na qual distinga vários grupos, cujas culturas compara, para observar diferenças (ou semelhanças). Falaremos de um discurso uni-referencial quando o arqueólogo se reporta a uma só cultura, ou de um discurso de largo espectro, pluri-referencial, quando incide sobre várias culturas.

O discurso sobre as normas não é necessariamente e apenas configuracional; se o arqueólogo observa uma determinada área durante um período mais vasto, verifica ou pode verificar que as normas não se mantêm sempre as mesmas: distingue fases e caracteriza cada uma delas. Observa uma transformação, uma passagem de um estado E a um estado E1. O discurso será sequencial. Mas este discurso que distingue fases na evolução das normas é um texto marcado ainda pela descrição cumulativa, pela descrição de um estado E1 sucessivo a um estado E, sem que se explique como é que um deu origem ao outro.

A introdução da explicação no discurso caracteriza, como vimos, o discurso processual. O texto processual apresenta necessariamente estados sucessivos e segundo a ordem por que se verificaram no tempo; mas não apresenta só estados: explica como se passou de um estado a outro; pretende assim estabelecer um processo, indagar dos factores transformacionais. O que é que aconteceu ao grupo A para passar do estado E ao estado E1?

Quando Binford analisa o trânsito dos últimos bandos de caçadores/recolectores do Paleolítico Superior para os primeiros agricultores/domesticadores do Neolítico, o seu discurso é sobre normas ou sobre comportamentos normalizados de angariação da subsistência. Mas o seu discurso é processual ou narrativo. As personagens colectivas (os bandos) vêm-se confrontadas com um problema (o da escassez de recursos) por virtude de uma causa (o crescimento demográfico, que reduz o território disponível de cada bando); e solucionam o problema pela instauração de uma economia produtiva.

Temos aqui um estágio inicial de equilíbrio, uma tensão, um conflito, um problema e um desfecho. A narrativa é evidentemente breve, mas é narrativa e não mera narração.

Os arqueólogos podem, assim, produzir narrativas; mas, na maior parte dos casos, produzem-nas sem acontecimentos singulares, individualizados num ponto do espaço e do tempo. Se a história, como disse Paul Veyne, se presta mal a uma tipolo-

gia, o arqueólogo, por seu lado, tipifica os factos, isto é, apreende-os **sub genere**, como o entomologista apreende este insecto como exemplo de uma espécie. Na análise da «revolução neolítica», não fala desta particular família, nesta aldeia, arroteando os campos e criando seus ovinos, suas cabras, seus suínos e doutra particular família, noutra aldeia, noutro ou no mesmo tempo. Discurso sobre famílias individualizadas seria o romance da «revolução neolítica» e não um discurso arqueológico. Este subsume o particular no geral, o múltiplo no uno, os acontecimentos singulares num comportamento normalizado a que obedecem actantes colectivos.

Os comportamentos colectivos e de longa duração que os arqueólogos definem não são necessariamente um resumo, compêndio ou síntese de muitas observações particulares, mas, muitas vezes, comportamentos deduzidos de um facto individual. Desta escavação de um casal, datado por C14 do Bronze Final, deduzo que, nesta época e nesta região, os homens viviam dispersos por casais, em grupos unifamiliares, e não concentrados em aldeias extensas, de múltiplas famílias co-residentes. Que é que me permite inferir, do particular, o geral ou, por outras palavras, tipificar? É a convicção de que o comportamento é normalizado, de que todos os homens se comportam da mesma maneira por virtude de regras sociais. Aquele casal não pode, não deve ser um caso singular, mas um exemplo de muitos outros casais que o progresso das escavações virá a descobrir. Se, na natureza, os factos obedecem a leis, no domínio da cultura obedecem a normas.

A narrativa arqueológica, geralmente, não entretece acontecimentos, mas comportamentos normalizados; mas, porque estes têm um estado inicial, conhecem ou podem conhecer uma disrupção e reestruturar-se num desfecho que é outro comportamento novo, diferente, podem ser objecto de narrativa. A explicação é o que permite compor a narrativa. Mas a explicação, em Arqueologia, não é necessária ou exclusivamente a descoberta de causas. Pode sê-lo: a explicação da «revolução neolítica» passa pelo desvendamento de uma causa (o crescimento demográfico) que provoca um efeito (a escassez de recursos). O efeito coincide com uma circunstância em que a personagem se encontra, circunstância insustentável da qual a personagem tem de sair; para sair dela concebe um projecto e realiza uma intervenção no mundo (no caso vertente, torna-se produtor dos seus próprios meios de subsistência, agricultando a sua terra e domesticando os animais). Como disse Ricoeur, o homem pertence simultaneamente ao regime da causalidade e ao da motivação e a explicação ora recorre a causas ora a propósitos, intenções.